

Diário do Legislativo de 14/04/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 31ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia vinte e dois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Maria José Hauelsen e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, estando presentes também os Deputados Carlos Pimenta, Paulo Pettersen e Dalmo Ribeiro Silva e verificada a ausência do Presidente e do Vice-Presidente, o Deputado Dimas Rodrigues assume a Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a execução de obras de eletrificação rural no Estado, a cargo do Programa Lumiar da CEMIG, e apreciar matérias constantes na pauta. O Presidente registra a presença dos Srs. Aloísio Vasconcelos, Diretor de Distribuição da CEMIG; Márcio Gomes, Prefeito de Itamarandiba; Adelman Batista Lessa, Prefeito Municipal de Serro; Geraldo Couto de Jesus, Prefeito Municipal de Minas Novas; Wilmar Adão Barroso, Prefeito Municipal de Leme do Prado; Marcos Lemos, Prefeito Municipal de Carbonita; Geraldo Alves, Prefeito Municipal de Couto Magalhães de Minas; Rogério Rocha Rafael, Prefeito Municipal de Comercinho e Presidente da AMEJE; Idalina Viana Mota, Prefeita Municipal de Miravânia; Maria Alexandrina Cordeiro, Prefeita de Municipal Aricanduva; Edelson Pimenta, representante do Prefeito Municipal de Angelândia; Roberto Botelho, Vice-Prefeito Municipal de Jequitinhonha; João Silva Soares e Antônio Marcos Lemos, Vereadores de Minas Novas; José Cirilo Macedo, Vereador de Leme do Prado; Miguel Arcanjo Veloso, ex-Prefeito Municipal de Felício dos Santos; e Iomar Soares Pereira, da empreiteira Energiza. Em seguida, o Deputado Márcio Kangussu, autor do requerimento que deu origem à reunião, tece comentários iniciais sobre o tema. Na qualidade de expositor, o Sr. Aloísio Vasconcelos, Diretor de Distribuição da CEMIG, discorre sobre o tema e, a seguir, se envolve em amplo debate com os Deputados e os demais convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrada essa fase, a Presidência suspende a reunião por cinco minutos para agradecimentos aos convidados. Reabertos os trabalhos, o Presidente submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.140/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.159 e 1.160/2000, desta Comissão, os quais são aprovados. Em seguida, são apresentados requerimentos pelos seguintes Deputados: Márcio Kangussu, em que solicita sejam enviados ofícios ao Secretário de Meio Ambiente e aos dirigentes do Banco do Nordeste, da FEAM, do IEF e do IGAM solicitando informações sobre o protocolo a ser firmado entre essas instituições e o Banco do Nordeste, no que se refere a simplificar e agilizar o processo de licenciamento ambiental dos projetos financiáveis por esse Banco; e seja enviado ofício ao Ministro da Agricultura, solicitando informações a respeito da posição desse Ministério em relação à declaração prestada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista "Época", edição nº 94, de 6/3/2000, no que se refere ao Brasil e à Argentina no contexto do Mercosul; e João Batista de Oliveira, em que solicita seja debatido por esta Comissão o programa de capacitação tecnológica em agronegócios anunciado recentemente pela Secretaria de Ciência e Tecnologia. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2000.

João Batista de Oliveira, Presidente - Dimas Rodrigues - Márcio Kangussu - Paulo Piau.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Às dez horas do dia seis de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, José Milton, Maria Tereza Lara e Sebastião Navarro Vieira (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Márcio Kangussu, Edson Rezende e José Henrique. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir explanação sobre as razões e critérios utilizados pelo Estado na elaboração do termo aditivo aos convênios de municipalização do ensino e na adjução de professores estaduais e tratar de assuntos de interesse da Comissão. Antes de ouvir o convidado, Sr. Murílio Hingel, o Presidente submete à votação, e são aprovados, dois requerimentos; o primeiro, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Internacional pelo protocolo de intenções firmado entre o Distrito do Rotary do Canadá, Distritos do Rotary de Minas Gerais, a Secretaria da Educação e a Assembléia Legislativa,

por meio da Comissão de Educação, na pessoa do referido Deputado, buscando promover apoio financeiro e técnico para a erradicação do analfabetismo no Estado; o segundo, do Deputado José Milton, em que solicita seja enviado ofício ao Presidente da Casa, com vistas a que se instale, imediatamente, a CPI do FUNDEF, requerida, em Plenário, pelo aludido Deputado. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente concede a palavra ao convidado, para sua explanação, e aos parlamentares, para seus questionamentos. Segue-se amplo debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Durante esta fase, o Presidente comunica a necessidade do Deputado Sebastião Navarro Vieira de se ausentar para comparecer a reunião do Colégio de Líderes e registra a presença do Deputado Paulo Piau. Após as considerações finais do convidado e cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença do convidado, pelos subsídios prestados aos trabalhos da Comissão e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2000.

Sebastião Costa, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - José Milton - Antônio Andrada.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 39ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 18/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.253/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.254/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da CPI das Licitações, a realizar-se às 15h30min do dia 18/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Carlos Patricio Freitas Pereira, Secretário de Administração.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial do Rio São Francisco

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Doutor Viana, Luiz Tadeu Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/4/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Marco Régis, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 607/99

Comissão de Saúde

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, tem por objetivo autorizar o Estado a dar incentivo ao município que implantar o programa de aleitamento materno.

Publicado em 15/10/99, foi a matéria distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que perdeu o prazo para a emissão do parecer. A requerimento de seu autor, vem agora a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em apreço tem por objetivo a criação de mecanismo de incentivo aos municípios que se empenharem na promoção do aleitamento materno. Esse trabalho deverá ser feito sistematicamente, na forma de um programa cujas ações principais são também enumeradas na proposição.

Considerando-se as vantagens do aleitamento materno para a saúde física e psíquica dos lactentes, pode-se afirmar que o projeto tem grande alcance social, pois busca minimizar,

com suas ações, a possibilidade de aparecimento de inúmeras doenças entre os recém-nascidos.

Está plenamente cristalizada e sedimentada a idéia de que o poder público pode e deve atuar mais incisivamente na conservação da saúde da população do que na cura de doenças. As políticas preventivas, na área de saúde, são indubitavelmente mais humanas, efetivas e têm custo mais baixo de implementação. E com base em pesquisas científicas chega-se, ainda, à conclusão de que o aleitamento materno é o primeiro procedimento preventivo a ser adotado com relação à saúde do ser humano.

Lastimavelmente, no entanto, a maioria das mães sabe muito pouco a respeito da importância de amamentar o filho, pelo menos até os seis meses de vida. Por isso, é importante um programa que conscientize a população sobre o poder do leite materno como fortalecedor do organismo do recém-nascido e como item primordial para a preservação de sua saúde.

Considerando que as ações de saúde e assistência social são hoje realizadas pelos municípios, cumpre ao Estado incentivá-las, para que se obtenham mais prontamente os resultados almejados.

Tem ainda a proposição o mérito de definir, no seu art. 2º, um conteúdo para a implementação do programa proposto, como forma de orientação e controle do apoio a ser dado aos municípios que se empenharem nessa linha de ação.

No entanto, há alguns aperfeiçoamentos necessários ao projeto. Considerando-se que a Constituição mineira já autoriza o Estado a implementar a medida sugerida na proposição, apresentamos a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º do projeto, eliminando o caráter autorizativo original. Cumpre esclarecer que a autorização legislativa é instituto exigido pela própria Constituição, em circunstâncias específicas, entre as quais não se inclui o cuidado com a saúde e a assistência pública.

O art. 3º do projeto pode também ser aperfeiçoado, razão pela qual apresentamos a Emenda nº 2, que busca especificar os incentivos especiais a serem concedidos pelo Estado.

Por meio das Emendas nºs 3 e 4, acrescentamos, ainda, os dispositivos que estabelecem a regulamentação da lei pelo Poder Executivo e a previsão orçamentária dos recursos necessários à sua implementação.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 607/99 com as Emendas nºs 1 a 4, apresentadas a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - O Estado concederá incentivos especiais ao município que criar e implementar o programa de aleitamento materno, nos termos desta lei."

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - Para os efeitos desta lei, consideram-se incentivos especiais:

I - a obtenção de apoio financeiro oficial, por meio da concessão de financiamento destinado à promoção da saúde;

II - a preferência na prestação de serviços oficiais de cooperação técnica, por meio dos órgãos competentes."

EMENDA Nº 3

Acrescente-se o seguinte art. 4º, renumerando-se os demais:

"Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados da sua publicação."

EMENDA Nº 4

Acrescente-se o seguinte art. 5º, renumerando-se os demais:

"Art. 5º - Os recursos necessários à implementação do programa de que trata esta lei serão previstos na Lei Orçamentária Anual."

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Edson Rezende, Presidente e relator - Pastor George - Cristiano Canêdo - Carlos Pimenta.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 745/99

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em tela dispõe sobre a estruturação, a organização e o funcionamento de hospitais regionais nas cidades-pólo.

Publicado no "Diário do Legislativo" em 16/12/99, foi o projeto enviado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XI, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela tem por objetivo determinar que o Estado promova a estruturação e a organização de hospitais públicos situados nas cidades-pólo de cada região do Estado e garanta o seu funcionamento para atenção secundária e terciária, na forma definida em regulamento, prioritariamente para atender urgências e emergências clínicas e cirúrgicas.

A proposição está em consonância com o "caput" do art. 186 da Constituição Estadual, que dispõe que a assistência à saúde é dever do Estado e será assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A Lei Federal nº 8.080, de 19/9/90, que é a norma geral da União no campo da saúde, enumera, entre os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS -, a descentralização político-administrativa, com a regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde em níveis de complexidade crescente. A norma supracitada determina ainda, no inciso IX do art. 17, que à direção estadual do Sistema Único de Saúde - SUS - compete identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional, e que à direção municipal do mesmo sistema compete participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada, em articulação com sua direção estadual (art. 18, II).

Portanto, a proposição em comento, além de colaborar para a efetivação das disposições acima referidas, contribui para a implementação de uma das diretrizes apresentadas pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, de fundamental importância para a saúde em nosso Estado. Trata-se do exercício do poder redistributivo do Estado por meio do papel de coordenação e regulação do Sistema Único de Saúde em Minas Gerais, de forma democrática, transparente e participativa, com ênfase nas instâncias locais e regionais e na integração microrregional, regional e inter-regional dos serviços.

A estruturação de hospitais regionais nas cidades-pólo tem como objetivo garantir ao usuário o acesso a níveis de complexidade superior (referência) sempre que seu problema de saúde assim o exigir. Depois de resolvido o problema, volta-se ao ponto de origem com relatório completo de seu estado de saúde e do tratamento a ser continuado (contra-referência). Como o próprio autor do projeto sinaliza, a possibilidade de obter atendimento mais rápido e mais próximo do local de moradia dos pacientes reduziria os gastos com ambulâncias e a demanda por atendimentos na Capital, além de contribuir para o não-agravamento do quadro clínico dos pacientes. Dessa forma, a aprovação da matéria em exame tende a melhorar, na prática, a resolubilidade e a acessibilidade dos serviços, bem como a satisfação da população.

Conclusão

Pelo exposto acima, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 745/99 no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Edson Rezende, Presidente - Carlos Pimenta, relator - Cristiano Canêdo - Pastor George.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 801/2000

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela dispõe sobre a realização, nos hospitais da rede pública estadual, do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" em 18/2/2000, foi o projeto enviado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XI, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela tem por objetivo tornar obrigatória, nos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, a realização gratuita do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas (teste do ouvidinho) em todas as crianças nascidas nas suas dependências.

A proposição tem mérito, uma vez que procura garantir a proteção e a defesa da saúde, matéria sobre a qual compete ao Estado legislar concorrentemente, conforme o art. 24, XII, da Carta Magna.

A audição é muito importante para o desenvolvimento da fala, da linguagem e, posteriormente, da escolaridade da criança. Estudos demonstram que 2 a 6 recém-nascidos em 1000 nascimentos apresentam algum tipo de deficiência auditiva neuro-sensorial. Qualquer problema auditivo deve, portanto, ser detectado precocemente para que seja devidamente tratado. Além disso, se comparada a outras patologias, a surdez é mais freqüente que a fenilcetonúria (teste do pezinho). O exame em questão permite fazer a triagem auditiva neonatal e é capaz de detectar precocemente as perdas auditivas, garantindo diagnóstico e intervenção, decisivos para o futuro da criança.

Segundo informações da maternidade de Campinas, em 1978, descobriu-se que o ouvido interno de pessoas com audição normal tem capacidade de reemitir a energia sonora (eco) em direção ao ouvido externo quando estimulado por um som. Esse eco pode ser captado por um microfone colocado no ouvido do bebê, avaliando, assim, sua integridade.

Conforme publicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o exame é feito por meio de Emissões Evocadas Otoacústicas, que são sons de pequeno nível de pressão produzidos pelo ouvido interno como parte do processo normal de audição e que podem ser medidos com um aparato adequado. Essas Emissões são evocadas por um estímulo acústico introduzido no canal auditivo por meio de alto-falantes em miniatura. O procedimento pode ser feito no próprio berçário, de preferência no 2º ou 3º dia de vida, e tem duração de, aproximadamente, 5 a 10 minutos, não apresentando nenhuma contra-indicação para a criança, pelo seu caráter não invasivo.

A proposição em comento, ao incluir esse exame como rotina para a avaliação auditiva das crianças nascidas nos hospitais da rede pública estadual, vem instrumentalizar o disposto no art. 190, XIV, da Constituição Estadual, que atribui ao Estado a competência para executar as ações de prevenção, tratamento e reabilitação, nos casos de deficiência física, mental e sensorial.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 801/2000, no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Edson Rezende, Presidente - Carlos Pimenta, relator - Pastor George - Cristiano Canêdo.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 831/2000

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 831/2000 reduz para 12% a alíquota do ICMS nas operações internas com medicamentos genéricos.

Publicada no Minas Gerais de 26/2/2000, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno. Cumpre-nos, agora, examinar o mérito da proposição.

Fundamentação

Criada pela Lei Federal nº 9.787, de 10/2/99, a figura do medicamento genérico, já existente em vários outros países, vem forçar a queda de preços dos remédios no País num momento em que a sociedade clama por essa medida.

Com uma indústria farmacêutica fortemente oligopolizada, sem uma verdadeira política nacional de medicamentos e sem controle de preços, a população brasileira ficou à mercê dos lucros excessivos e arbitrários dos laboratórios, principalmente os multinacionais.

No bojo dessa crise, surgiram os medicamentos genéricos, os quais, usando fórmulas já desenvolvidas e tendo baixo custo de publicidade, permitem que os laboratórios produtores tenham redução de custos, propiciando, assim, a queda de seu preço ao consumidor final.

O projeto de lei em tela, ao reduzir para 12% a alíquota do ICMS nas operações internas com medicamentos genéricos, traz incentivo aos laboratórios que se engajarem nessa atividade, fazendo o Estado de Minas Gerais parceiro da luta nacional ora empreendida em prol da queda do preço dos remédios. Em última análise, contribui para acelerar o barateamento dos produtos, tornando os remédios acessíveis à maioria da população, o que ainda não ocorre.

Segundo o veiculado no suplemento especial do "Jornal do Conselho Federal de Medicina", na sua edição de fevereiro do corrente ano, "... apenas nos Estados Unidos a implantação dos genéricos, ocorrida há cerca de 15 anos, significou uma economia anual de aproximadamente 10 bilhões de dólares para os consumidores".

Concedendo o incentivo fiscal para os fabricantes dos "genéricos", o Estado de Minas Gerais se mostra sensível à questão e pioneiro na iniciativa no País.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 831/2000 no 1º turno, em sua forma original.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Edson Rezende, Presidente - Cristiano Canêdo, relator - Pastor George - Carlos Pimenta.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 12/4/2000, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Maria Elvira, Deputada Federal, cumprimentando pela realização do Ciclo de Palestras Atualização do Agente Público Municipal.

Da Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária da Justiça, justificando sua ausência a reunião nesta Casa e solicitando seja marcada nova data para seu comparecimento.

Do Sr. Sávio Souza Cruz, Secretário do Planejamento, comunicando, em atenção ao Requerimento nº 867/99, dos Deputados Eduardo Hermeto e Miguel Martini, que a Comissão de Compatibilização e Acompanhamento Orçamentário não emitiu laudo conclusivo sobre a capacidade financeira do Estado para arcar com os custos das propostas orçamentárias parciais, em razão de a Lei de Diretrizes Orçamentárias não ter estabelecido limite de gastos para a administração pública estadual.

Do Sr. Jair Siqueira, Prefeito Municipal de Pouso Alegre, acusando o recebimento de texto referente ao ciclo de debates sobre o projeto de lei de responsabilidade fiscal, realizado nesta Casa.

Do Sr. Evandro Xavier Gomes, Diretor-Geral do IEF, agradecendo convite para a abertura da exposição Testemunhos da Presença Portuguesa em Minas Gerais.

Do Sr. Sebastião Mauro Figueiredo Silva, Presidente da CDL-MG, parabenizando a Casa pela derrubada do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325.

Do Sr. Fábio Henrique Carvalho Oliva, Presidente do Aeroclube Flammarion Wanderley, comunicando a eleição da nova diretoria executiva dessa associação.

TELEGRAMAS

Do Sr. Itamar Franco, Governador do Estado, agradecendo o convite para o início das atividades do canal retransmissor da TV Assembléia em Diamantina.

Do Sr. Danilo de Castro, Deputado Federal, agradecendo convite para participar de evento realizado nesta Casa.

Do Sr. Marcelo Siqueira, Presidente da COPASA-MG (2), agradecendo os convites para a reunião especial em comemoração aos 69 anos de fundação da Sociedade Mineira de Engenheiros e para o II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo.

CARTÃO

Do Sr. José Aparecido de Oliveira, Assessor Especial de Assuntos Internacionais e Cerimonial, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração aos 69 anos de fundação da Sociedade Mineira de Engenheiros.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 6/4/2000

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para discorrer a respeito de um problema sério e grave, que diz respeito a uma obrigação constitucional do Estado de repassar à FAPEMIG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, recursos da ordem de 1% da receita ordinária corrente que o Estado recebe.

Portanto, vamos fazer a leitura de alguns dados referenciais e, posteriormente, passaremos um vídeo, que terá 4 a 5 minutos de duração, para que possamos tirar as nossas conclusões sobre o comportamento do Estado nessa área da Ciência e Tecnologia.

Recente artigo publicado pela Gazeta Mercantil mostra que a indústria tem como prioridade de investimento para este ano a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos. De olho no mercado externo e no consumo doméstico, as empresas trabalham para adequar-se às exigências e diferenciações internacionais e para agilizar a substituição de importados.

Um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP - revela que a pesquisa e o desenvolvimento de produtos são considerados prioritários por 69% dos empresários.

Essa posição demonstra um grande avanço da participação das empresas no processo de pesquisa, uma vez que, no Brasil, ainda é muito pequeno esse valor. Todavia, por mais que a iniciativa privada participe desse "pool" de recursos destinados à ciência e tecnologia, o Governo continuará com sua parcela de responsabilidade nessa composição.

A participação oficial no bolo dos recursos destinados à pesquisa, no Brasil, é muito pequena. Não chega a 0,8% do PIB, enquanto nos Estados Unidos esse valor é quatro vezes maior. E considerando que o PIB norte-americano é sete vezes maior do que o nosso, podemos chegar à conclusão de que aplicam em pesquisa e tecnologia aproximadamente 30 vezes mais recursos financeiros diretos do que o Brasil.

Nos Estados Unidos existem 3.732 cientistas e pesquisadores por milhões de habitantes. No Japão, 5.677. Na França, 2.537. No Brasil esse número é de apenas 165. Pouco mais de 100 pesquisadores trabalhando em ciência e tecnologia por cada milhão de habitantes.

O número de designações de patentes é outro indicador relevante. Enquanto no Japão é de 388.957, em 1995, no Brasil é de apenas 25.797, ou seja 6,6%. Para um País grande como o nosso, em dimensão e em população, temos um caminho longo a percorrer rapidamente.

Particularizando para Minas Gerais, toda essa preocupação é bem mais intensa; pois trata-se de um Estado rico em recursos naturais, no solo e no subsolo; considerado a caixa de água do Brasil, com variações de altitude, de solo, topografia, índice solarimétrico etc. Todavia, exatamente por causa dessas variações e também por ser um Estado mediterrâneo, maior a necessidade de se intensificar as pesquisas de toda natureza.

No entanto, há um fato que vem nos deixando muito preocupados em nosso Estado.

A principal fonte financiadora, que é a FAPEMIG, responsável pelo amparo e fomento à pesquisa em Minas Gerais, anda com seu caixa muito baixo. Segundo o Boletim Informativo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, até o mês de outubro de 1999, a FAPEMIG recebeu apenas R\$ 9.554.949,90, ou seja, 0,20% da receita orçamentária corrente ordinária do Estado. No entanto, segundo o art. 212 da Constituição, o Estado deverá aplicar na FAPEMIG 1%, no mínimo, de sua receita orçamentária corrente, excluída a parcela de arrecadação de impostos transferida aos municípios e às demais receitas correntes vinculadas.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Caro Deputado Paulo Piau, quero apartear V. Exa. pela importância do tema que está levantando. O papel da FAPEMIG no financiamento de projetos de ciência e tecnologia e de pesquisa básica em nosso Estado é fundamental.

Lamento verificar o que ocorre com a FAPEMIG. A FAPEMIG não cumpre 20% de seus compromissos com o financiamento de ciência e tecnologia. Não sei se é porque o Governador Itamar Franco é conhecido como homem que guarda ódio na geladeira - nas palavras de Tancredo Neves - ou se é pelo fato de que a Comunidade de Ciência e Tecnologia assinou um manifesto, do qual tenho cópia, com mais de 500 assinaturas de toda a comunidade acadêmica de Minas Gerais, das Universidades Federais do Estado, de todas as instituições de pesquisa que apoiaram o Governador Eduardo Azeredo.

Provavelmente, por essa razão, o Governador Itamar Franco, a exemplo do que fez Newton Cardoso, quando Governador, tentará destruir a FAPEMIG. Temos responsabilidade, perante a comunidade científica, de não permitir que isso aconteça.

Cumprimento V. Exa. e quero dizer que hoje entro com um requerimento nesta Casa para a criação de uma comissão especial para que todos os Deputados e a sociedade saibam o que está acontecendo na FAPEMIG. Meus parabéns.

O Deputado Paulo Piau - Muito bem, Deputado Amílcar Martins. Para que a comunidade tenha noção do que significa investimento em ciência e tecnologia, evidentemente não podemos atribuir essa responsabilidade apenas ao atual Governo.

O Estado de São Paulo, por ano, investe na PAPER, correspondente à FAPEMIG, R\$300.000.000,00. Nos 10 anos de existência da nossa FAPEMIG, apenas R\$100.000.000,00. Portanto, em 10 anos, aplicamos três vezes menos em relação a São Paulo. Portanto, São Paulo não é mais desenvolvido que Minas Gerais por acaso.

Essa diferença tão gritante seria atribuída a desvios de recursos, ou o Estado realmente não tem recursos financeiros para cumprir dispositivo constitucional? E se a obrigatoriedade fosse de 3% em vez de 1% antes da Emenda à Constituição nº 17/95, alterada no Governo Azeredo? Ai, então, é que a defasagem seria absurda. Talvez, o ideal é que tivessem ficado os 3%, pois, em se cumprindo 1/3, estaríamos com 1% obrigatório, atualmente.

É verdade que os governos anteriores não cumpriram fielmente a meta constitucional, mas também é verdade que ela nunca foi tão descumprida. No Governo Azeredo, por exemplo, no ano de 1997, esse repasse chegou a 0,86%, próximo do 1% constitucional.

Segundo o IPEA, das 14 áreas de atuação social do Governo Federal, em 1998, o gasto com ciência e tecnologia foi de apenas R\$489.000.000,00, ficando em 8º lugar.

Segundo a Fundação João Pinheiro, nas 13 despesas por função social relacionadas pelo Estado a área de ciência e tecnologia nem aparece.

Há pouco tempo, a ex-Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, Profa. Margareth Spanger Andrade, encaminhou-me correspondência dizendo que procede a queixa da

comunidade científica sobre o não-cumprimento da meta constitucional em 1999, mas lembra que foi no Governo Itamar Franco, como Presidente da República, que mais se aplicou em ciência e tecnologia e que, por certo, com relação ao mesmo assunto, ele não abandonaria Minas Gerais agora.

Faço votos de que o Governador Itamar Franco repita em Minas o que fez quando Presidente. Torço para que isso aconteça e que não precise mais ocupar esta tribuna para denunciar desvios de recursos e cobrar aquilo que é constitucional. Afinal, temos muitas coisas para fazer e gostaríamos que o cumprimento à Constituição fosse um procedimento regular.

Quero mostrar trechos de um vídeo sobre o assunto, em que o ex-Diretor Científico da FAPEMIG, Dr. Afrânio Aguiar, ilustra muito bem a situação do fluxo de recursos daquela Fundação, tanto em valores absolutos como relativos, durante palestra que realizou nesta Casa.

- Procede-se à exibição de vídeo.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, a parte fundamental do vídeo não foi exibida, o pessoal escolheu mal o trecho. Conforme as palavras do Dr. Afrânio, de novembro de 1998 para cá, a FAPEMIG não financiou sequer um projeto de pesquisa.

O Dr. Mauro, que está aqui, já foi Secretário de Ciência e Tecnologia. E o que isso pode significar para o Estado de Minas Gerais? O atraso tecnológico na área da agricultura, da pecuária, da indústria, dos serviços. Portanto, trago esse assunto aqui, não para simplesmente falar mal do Governo Itamar Franco, mas para que toda a sociedade perceba que se não investirmos em educação, ciência e tecnologia, evidentemente não haverá progresso.

Por isso, gostaria de me solidarizar com a comunidade científica das universidades, da EPAMIG, da FUNED, do CETEC e da EMBRAPA, que usam esses recursos, e de dizer-lhes que não desanimem, que continuem perseguindo seu objetivo, trabalhando com os poucos recursos que têm, pois é preciso um ato de heroísmo, já que a consciência pública de que se deve investir em área prioritária realmente não existe no Governo do Estado.

Deixo aqui essas palavras mais para reflexão e menos para pichar o Governo atual. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pastor George* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes nas galerias, imprensa, funcionários, telespectadores da TV Assembléia, o nosso País, de fato, é surpreendente. No ano passado, todos esperávamos uma catástrofe econômica com a volta da inflação em níveis galopantes e uma profunda recessão. Certo é que a situação não é boa, mas só não ocorreu o pior, no meu modesto entendimento, porque a população está se posicionando e defendendo os seus direitos e interesses.

Nesse caso particular da inflação, a população soube agir contra os aumentos abusivos, não adquirindo produtos com preços altos, muitas vezes optando por outros modelos, outra qualidade.

Apesar dessa demonstração pró-ativa da sociedade, o mesmo não observamos no que diz respeito à confiança e ao crédito em relação aos Poderes constituídos.

E em parte, Sr. Presidente, tenho de concordar com isso, pois temos alguns exemplos de governantes, legisladores e julgadores que continuam vaidosos, personalistas e fora da realidade, usando, muitas vezes, o fisiologismo como meta e troféu, além de estratégia de sobrevivência política. Temos de entender que já passou a hora dessa competição dos Poderes constituídos. É preciso acabar com isso.

O povo já definiu que não quer ficar de espectador dessa guerra surda. A tão falada interação dos Poderes, principalmente o Executivo e o Legislativo, em muitos momentos não passa de uma retórica mal concatenada. A situação da saúde, por exemplo, da educação e da segurança, continua nos mostrando a falta de disposição e definição política de priorização e gestão.

No relatório da ONU sobre a pobreza mundial relativo ao ano 2000, divulgado nesta semana, houve uma diminuição quase inexpressiva do nível de pobreza, bem como da indigência, nos 20 anos pesquisados - entre 1977 e 1997, no Brasil.

A exemplo, na saúde, constatou-se que boa parte dos atendidos, em clínicas ou hospitais financiados com dinheiro público e, portanto, acessíveis à população de baixa renda, eram pessoas que tinham condições de pagar, diminuindo o acesso dos pacientes que realmente necessitavam.

Ironicamente, o mesmo acontece nas universidades federais, onde boa parte dos estudantes também têm condições de financiar seus estudos, mais uma vez em detrimento de muitos estudantes que não podem custear seu aprendizado.

Por isso, a sociedade está buscando formas diferentes e inovadoras de manifestações e agrupamentos, todas pela via democrática, a fim de dirimir essas desigualdades sociais, as quais estão traduzindo com mais perfeição e discernimento os anseios sociais, com destaque para as cooperativas e as ONGs.

Caros pares, apesar de todos os indicativos macroeconômicos de retomada do crescimento, ainda é muito tímida a perspectiva em relação à lacuna e à dívida social que o governo tem para com a população.

Cabe a nós, parlamentares, o dever de ofício de cobrar e fiscalizar o Governo para que suas ações sejam mais enérgicas, a fim de alavancarem recursos que resgatem a dignidade, permitindo, assim, que haja o equilíbrio social. Por isso, jamais me omitirei com relação a essa responsabilidade.

Talvez estejam perguntando: Por que essa reflexão nada animadora?

Vivemos um modelo econômico excludente, concentrador, que contribui para a acumulação de riquezas em mãos de muito poucos.

Uma das estratégias de manutenção desse modelo concentra-se nas privatizações. Algo muito divulgado, que traria modernidade, tecnologia e novos recursos financeiros, com reais ganhos para a Nação, gerando novos postos de trabalho e oportunidades de negócios.

Bem, vimos algumas dessas promessas serem executadas; porém, a realidade atual não é composta da beleza da primavera e nem da certeza das planícies.

Estamos, sim, presenciando, além dos maiores índices de desemprego da nossa história, miséria, desnacionalização e remessas de lucro das empresas para suas respectivas matrizes no exterior. O crescimento das dívidas interna e externa é algo assustador. Só para o ano 2000 está previsto, para o pagamento de juros e amortização, um gasto em torno de US\$50.000.000,00. São números que assustam, realmente.

Sem dúvida, esses dados afetam e engessam a nossa economia. Ademais, a Associação Comercial de Minas e a FEDERAMINAS divulgaram recentemente um levantamento que nos deixou alarmados.

A desnacionalização das empresas brasileiras atingiu níveis elevados, chegando inclusive a quadruplicar o número de empresas brasileiras vendidas ao capital estrangeiro.

Esse mesmo levantamento mostra que, entre os anos de 1994 e 1998, foram investidos no Brasil, por grupos estrangeiros, US\$65.500.000.000,00. Desse montante, mais da metade, cerca de US\$36.500.000.000,00, entraram para aquisição de empresas.

Ainda nesse período, foi remetida, em lucros e dividendos, a espantosa cifra de US\$20.300.000.000,00.

Caros pares, a grande dificuldade é entender que com a desnacionalização as microempresas e o comércio em geral foram os mais atingidos, justamente esse segmento, que tem contribuído, há muitas décadas, para o desenvolvimento econômico, gerando empregos e renda e sendo sempre objeto de diversos programas governamentais de incentivo e assessoramento técnico e creditício, além do caráter genuíno.

Acrescenta-se a essas dificuldades a demora de uma reforma tributária que contemple uma tributação justa e equânime, reinvidicação antiga do setor. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em que pese à nossa observação sobre o aspecto negativo de algumas privatizações, entretanto, não podemos deixar de mencionar que em alguns setores houve um avanço e não poderíamos deixar de parabenizar a empresa AÇOMINAS, que bem soube levar e concluir, de forma tão rica e democrática, o processo de privatização, envolvendo os diversos segmentos em debates e discussões. Recebemos, com alegria e satisfação, as informações de que, através de ações administrativas e gerenciais modernas e bem-sucedidas, essa empresa tem, concretamente, ótimas perspectivas, depois de amargar resultados negativos, de obter lucro nesse exercício. Também já começa a ampliar não só a produção, como também o seu "mix". Com iniciativas dessa envergadura, foi possível implantar a tão falada e propagada mudança de paradigma. Por isso, mais uma vez, transmito meus cumprimentos a toda a equipe de direção e funcionários aos dessa conceituada empresa.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para solicitar que a Mesa da Assembléia formule votos de congratulações e manifestações de sucesso por essa nova fase de expansão da AÇOMINAS, que é uma empresa que está se destacando.

Para encerrar nosso pronunciamento, gostaria de lamentar, tristemente, o incidente ontem ocorrido no Senado entre dois Senadores, que mostra claramente que o discurso que começamos a fazer aqui merece realmente uma reflexão. Está na hora de acabarmos com as vaidades. É preciso que olhemos mais para as prioridades da população. Que nós, tanto o Poder Legislativo quanto o Executivo e o Judiciário, possamos nos unir, a fim de encontrar soluções viáveis para nossa população.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Caro Deputado e amigo George Hilton, eu queria começar fazendo uma observação do discurso de V. Exa. a partir do final e dizer que uma boa maneira de acabar com essa contenda, com essa celeuma no Congresso Nacional, no Senado, é concordar com os dois Senadores, dizendo para eles que ambos estão com a razão. Acho que essa é uma boa forma de resolver a questão.

Com relação ao pronunciamento de V. Exa., vi um corte radiográfico muito bem feito a respeito da nossa economia, da nossa sociedade, que está sendo esmagada por um modelo econômico infeliz, empreendido a partir da Presidência da República, um modelo entreguista. Temos, sim, na economia interna, concentração de renda e de riqueza nas mãos de poucos, muitos excluídos e despossuídos. É verdade. Temos também, como V. Exa. bem o disse, os repasses ilegais das filiais de empresas privadas no Brasil para suas matrizes fora do País. Mas o pior de tudo isso, nobre Deputado George Hilton, é algo que V. Exa. também abordou com relação à transferência feita a partir das mãos do Governo, seguindo esse modelo entreguista. Foi uma autêntica sangria o que o FMI mandou fazer no Brasil, uma sangria criminosa, com repasses de recursos para o G-7, para os países mais evoluídos. Não vivemos um neoliberalismo. O Governo militar não deixou no Brasil as marcas que ficaram em outros países. Vivemos não um neoliberalismo, mas um neocolonialismo. Estamos amargando o neocolonialismo, que é muito mais eficaz do que o colonialismo clássico, aquele que se consumava pela intervenção geopolítica. O de hoje se opera por meio da dominação financeira, que é muito eficaz para o lado de lá e muito mais deletério para a nossa sociedade. Parabéns a V. Exa. O discurso é perfeito e retrata com fidelidade a nossa realidade infeliz.

O Deputado Pastor George* - Agradeço o aparte do nobre colega.

Para finalizar, gostaria de dizer que nós, representantes do povo mineiro, estamos aguardando que haja um entendimento entre os Poderes Executivo e Legislativo, porque há prioridades que precisam ser discutidas. Não podemos abrir mão disso, como legítimos representantes da sociedade mineira.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhores e senhoras, ao retornar a esta tribuna, símbolo da diversidade ideológica, que torna o nosso Estado síntese da política nacional e esteio da democracia, saúdo cada um dos companheiros, com a certeza de que esta Casa, a cada dia, expressa o mais puro sentimento de mineiridade. Digo isso com a experiência de quem cumpriu um mandato. Depois de reeleito, estive licenciado para exercer uma função no Poder Executivo. Vi com outros olhos a relação entre os Poderes.

A Deputada Maria Olívia (em aparte) - Peço aparte ao ilustre colega Deputado Ivair Nogueira para cumprimentá-lo por seu retorno à Casa, com nossos votos de boas-vindas e bom trabalho. Estou certa de que, mais que nunca, sua presença entre nós irá ajudar-nos a enfrentar as lides parlamentares, que têm sido particularmente trabalhosas na atual legislatura. Conhecendo suas redenciais de homem público e parlamentar, não temos dúvida da importância de sua volta ao Palácio da Inconfidência.

Na oportunidade, em nome dos colegas, apresento ao nosso ilustre Presidente Deputado Anderson Adauto nossos sinceros parabéns e votos de felicidade pelo seu aniversário, que acontece hoje. Pode ter certeza, caro Presidente, de que seus colegas nesta Casa - independentemente de filiação partidária - aqui estão para ajudá-lo, neste momento que sabemos de muita dificuldade. A união e a harmonia que reinarem entre os Deputados mineiros é que nos vão ajudar a superar a crise. Esse voto de confiança, que faço em nome dos colegas, caro Presidente, é o melhor presente que, acredito, podemos ofertar-lhe. Nossas sinceras felicitações e o abraço cordial de todos os seus companheiros nesta Assembléia.

O Deputado Ivair Nogueira - Durante os 15 meses em que estive à frente da Secretaria de Esportes, pude confirmar quanto importa para a vida de nossa Minas Gerais tudo aquilo que se faz, que se discute e se debate nesta Casa. É daqui, onde são expressas as mais diversas vontades e anseios, que os mineiros seguem seu caminho em busca da modernidade e da cidadania plena. Disso nunca tive dúvida, mas agora quero reforçar o compromisso de que, ao retornar às funções para as quais fui eleito, serei ainda mais ferrenho na defesa da independência desta Casa, porque, caros colegas, é através da nossa autonomia que Minas caminhará rumo ao futuro que todos almejamos. E será pelo equilíbrio de nossas decisões que a gestão do bem público se voltará exclusivamente para os interesses coletivos.

Esta não é, decididamente, uma pregação contra ou a favor deste ou daquele Governo. O que pretendo deixar claro com esta mensagem é que a importância do Poder Legislativo para um Estado político como Minas Gerais, onde se respira política no dia-a-dia, só faz aumentar nossa responsabilidade neste parlamento, onde - repito - se expressa a vontade dos mineiros. Temos um Governador que passou pelo Legislativo, e reafirmo minha confiança no espírito democrático do Chefe do Executivo Estadual, a quem não posso negar meu respeito e admiração.

Retorno, portanto, caros colegas, com o intuito de somar. A representação de minhas bases eleitorais, motivo de orgulho e compromissos ferrenhos, jamais irá sobrepor-se aos interesses maiores de nosso Estado. Dias atrás, quando devolvia o cargo ao Governador Itamar Franco, explicitiei minha vontade de continuar jogando no mesmo time, na mesma equipe que busca justiça social. E não poderia ser diferente, porque essa foi a missão a mim conferida pelas urnas de 1998. E é com base na minha consciência cívica que estarei sempre pronto a lutar pelo meu Estado.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)* - Sr. Presidente, Deputado Ivair Nogueira, no ano passado, quando tive a honra de assumir esta cadeira de Deputado, no meu primeiro mandato, esperava e encontrei vários amigos. Entre aqueles com quem tive o privilégio de fazer amizade na política, está V. Exa.

Chegando aqui, não o encontrei. Senti falta dos seus conselhos, da sua amizade, mas isso foi compensado pela sua presença na Secretaria de Esportes, presença marcante não só pelas suas ações à frente dessa Pasta, mas também pela solidariedade, pelo modo atencioso, pelo coleguismo com que V. Exa. atendeu-nos a todos. Se estamos tristes porque sabemos muito bem que V. Exa. seria um dos melhores Secretários de Esportes que Minas Gerais já teve, por outro lado estamos alegres pela sua volta, pelo seu convívio no dia-a-dia.

Para mim, é um prazer enorme, de agora em diante, poder encontrá-lo todas as tardes, todos os dias nesta Casa do povo. Parabéns, Deputado e ex-Secretário Ivair Nogueira.

O Deputado Ivair Nogueira - Muito obrigado, Deputado.

Acredito que o momento da política mineira impõe o equilíbrio necessário para que a relação institucional entre Executivo e Legislativo seja elevada e de interesse público. Sempre fui pelo diálogo e somente por meio de muita conversação se pode chegar ao denominador mais comum e mais coerente com os anseios de nosso povo. Essa é a fórmula que tenho pregado no meu partido e é com ela que pretendo trabalhar com cada um dos Deputados nesta Casa.

Independentemente de facção partidária, os caros colegas de Plenário podem ter certeza de que retorno com o mesmo espírito, pautado pelo companheirismo e pelo respeito às diferenças que nos qualificam a estar aqui. Os mais antigos, que me conhecem da legislatura anterior, podem atestar aos mais novos que meu estilo é o de buscar sempre a conciliação, principalmente quando o consenso for algo inacreditável. Certamente, haverá momentos de debates e embates calorosos, mas o meu esforço será sempre o de respeitar cada um dos senhores, segundo as normas regimentais desta Casa.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Nobre Deputado Ivair Nogueira, estou acompanhando com atenção o pronunciamento de V. Exa. no retorno a esta Casa.

V. Exa. já fez história neste Legislativo, e, embora sua passagem tenha sido curta; na CPI do Sistema Carcerário, fez, junto com outros Deputados, um dossiê da maior importância sobre o sistema penitenciário mineiro. E nós, como colegas, também vimos a seriedade de V. Exa. numa Secretaria de poucos recursos, com pouca capacidade de realização, levando a cabo a sua missão nesses primeiros meses de Governo estadual. Associe-me aos colegas que hoje o homenageiam, dando-lhe as boas-vindas, na certeza de que saberá continuar esse trabalho com o fulgor e brilho que sempre emprestou a sua atuação nesta Assembléia. V. Exa. está de parabéns, assim como o povo que representa, por tê-lo trazido a esta Casa.

O Deputado Ivair Nogueira - Muito obrigado.

Quero fazer um breve relato do que, nesses 15 meses à frente da Secretaria de Esportes, pudemos implementar, primeiramente dando prosseguimento a um projeto importante, implantado pelo ex-Secretário Deputado João Pinto Ribeiro. Trata-se do Projeto Toriba, em parceria com o Governo Federal, que, hoje, com todas as dificuldades que enfrenta...

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Gostaríamos, em nome da Oposição, do PSDB, de saudá-lo pelo retorno a esta Casa, pois muito já fez pelo povo mineiro nesta Assembléia, em seu mandato anterior. Temos a certeza de que, após ter prestado relevantes serviços ao povo de Minas Gerais na Secretaria de Esportes, retorna e vem trazer sua contribuição. Desejamos-lhe felicidades no nosso meio. Muito obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira - Eu dizia da importância do Projeto Toriba, implantado pelo Deputado João Pinto Ribeiro, que, apesar de todas as dificuldades, numa parceria com o INDESP, com o Governo Federal, com o Governo Estadual, tem procurado dar continuidade, principalmente atendendo os adolescentes, de 14 a 18 anos, dando-lhes alimentação, material esportivo e incentivando a prática esportiva. Mais do que isso, é uma Secretaria em que, embora não tivéssemos os recursos necessários, implantamos o Esporte sem Barreiras, numa iniciativa do Deputado João Batista de Oliveira, para os deficientes físicos; apesar de ser um projeto em fase embrionária, será, tenho certeza, da maior importância.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte)* - Primeiramente, caro amigo Deputado Ivair Nogueira, quero parabenizá-lo pela atuação à frente da Secretaria. Creio que o Governo perdeu um grande colaborador e um grande Secretário, mas esta Casa ganhará um grande Deputado, um trabalhador, um amigo. Nós, do PDT, damos-lhe as boas-vindas.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Não poderíamos deixar de cumprimentá-lo pelo trabalho à frente da Secretaria de Esportes e dizer da nossa satisfação em tê-lo nesta Casa. Eu, Deputado de primeiro mandato, tive a honra e o orgulho de haver trabalhado com V. Exa. no tempo em que exercia o cargo de Prefeito da nossa querida Betim. Tive a chance e a oportunidade de conhecê-lo, quando ali desempenhava um excelente trabalho. Portanto, gostaríamos de dizer da nossa satisfação e da nossa honra no momento em que retorna a esta Casa. Parabéns, sucesso e felicidades.

O Deputado João Leite (em aparte) - Gostaria, apesar de o Líder do PSDB já haver se pronunciado, de saudar a volta de V. Exa. a esta Assembléia. V. Exa. sabe da simpatia e do respeito que tenho pelo trabalho que realiza nesta Casa. Tive a oportunidade de ser seu companheiro na Comissão de Direitos Humanos, quando foi o relator da CPI Carcerária, talvez um dos relatórios mais importantes da história do parlamento, com uma produção de dez projetos de leis, sendo que sete deles já são leis em Minas Gerais.

Ontem mesmo, numa reunião que tratava de segurança, referia-me àquele relatório de V. Exa., que, no final, propunha grande convênio entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e todas as Prefeituras de Minas Gerais, para a aplicação das penas alternativas, aquela peça moderna que V. Exa. teve oportunidade de apresentar para o povo de Minas Gerais. Por isso, quero saudar a volta de V. Exa. ao parlamento de Minas Gerais, que ganha muito, justamente pela sua coragem. É importante a sua volta, seja muito bem-vindo.

O Deputado Ivair Nogueira - Obrigado.

Apenas concluindo, quero dizer que, entre tantos outros projetos que foram implementados e estão em fase de implantação, a pessoa que me substitui, o Dr. Sérgio Bruno, tenho certeza, fará grande gestão à frente da Secretaria de Esportes, porque é uma pessoa íntegra, conhecedora, vive no meio esportivo.

Mas acho que não basta ter um bom Secretário, é preciso buscar alternativas, como foram propostas pelo Deputado João Leite, por intermédio do projeto de incentivo ao esporte, porque, sem esses recursos, jamais o esporte poderá dar melhores condições ao esporte mineiro. Somado ao que o Governo Federal poderá reverter, por intermédio da Secretaria de Esportes, é importante que o esporte tenha, como a cultura, a sua lei de incentivos, e, por isso, Deputado João Leite, após sua lei ser discutida, será de grande importância para o esporte mineiro. Depois teremos oportunidade de complementar alguma coisa a respeito da Secretaria. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos a esta tribuna, nesta tarde, para levar ao Plenário desta Casa, aos telespectadores e a todo o povo as nossas preocupações com os últimos fatos ocorridos com o Governo, as nossas preocupações, sobretudo, com a governabilidade de Minas Gerais, que vive um momento inusitado em termos de relações do Sr. Governador com os seus Secretários e assessores, e isso nos faz pensar no significado de estarmos vivendo uma crise de Governo - a palavra crise é polissêmica, isto é, tem significados múltiplos. No mesmo momento contraditório em que se pensa em fundo do poço, levanta-se a bandeira da esperança e do entendimento, e nós, da Oposição, estamos assistindo aos atos do Sr. Governador, cada vez mais intempestivos. Desde que decretou moratória, no primeiro dia de Governo, de lá para cá vive, cronicamente, em confronto com o Sr. Presidente da República. E pior: de lá para cá não conseguiu paz ao formar seu secretariado e conviver bem com ele, quer dizer, dentro do Poder, intramuros, está vivendo crises consecutivas. A Oposição tem o cuidado de levantar, no Plenário, as irregularidades que, porventura, aconteçam em qualquer Governo. E essa crise está caracterizada pela exoneração de vários Secretários.

Ontem, ainda, o Secretário da Indústria e do Comércio, nosso companheiro Geraldo Rezende, foi exonerado, não bastasse a saída, traumática e intempestiva, determinada pelo Governador, do seu auxiliar próximo, daquele que mais fez campanha, o Deputado Armando Costa, que deixou de assumir uma cadeira, como suplente, no plano federal para servir fielmente ao Governo, levando toda a grei do PMDB, naquela ocasião, a apoiar o Governador. O PMDB é um partido histórico, que lutou para implantar a verdadeira democracia, do qual, por circunstâncias democráticas, nasceu o PSDB. O PMDB, que praticamente trabalhou, decisivamente trabalhou pela vitória do Sr. Itamar Franco e que tem tomado posição contra o Presidente da República, foi chutado pelo Sr. Governador do Estado. De longe, sem qualquer crítica agressiva, começamos a pensar que o PMDB merece melhor tratamento. Ao mesmo tempo, o PMDB está se comportando como uma pessoa masoquista, que está gostando de ser chutada e que quer permanecer no poder. Há três dias, o PMDB criou brio. Há a sinalização de que pode ficar independente. Não nos compete entrar no mérito dessa questão. Compete-nos fazer uma análise geral sobre o parlamento mineiro, ou seja, sobre a instituição Poder Legislativo, porque aqui há um Presidente que foi apoiado decididamente pelo Sr. Governador. Hoje também mantém ainda um posicionamento, não de afastamento, mas de esfriamento e de retração com relação a dar apoio e ênfase às convicções do Governo.

No que diz respeito às licitações citadas pela Oposição relativamente à FHEMIG e às rodovias, temos sofrido, porque de 9 já vão para 10 CPIs para se buscarem atos passados, que já

foram comprovados no Tribunal de Contas do Estado. Mas como somos minoria, estamos sempre participando das CPIs, que vieram até em boa hora, porque servem para comprovar que o Governo anterior agiu com dignidade e sem maiores conflitos e que serviu ao povo de Minas Gerais. É muito importante que este parlamento tenha tranquilidade, para não sofrer as consequências da crise que ameaça a governabilidade e possa continuar a servir a Minas Gerais de forma independente, buscando, sobretudo, uma boa convivência com o Governador, sempre abertamente, sempre pronto a ouvi-lo e sempre apoiando os bons projetos. Há até uma proposta para analisarmos os projetos nos quais o Governo tenha interesse, para que aqui não se perca tempo, no sentido de agilizar os interesses do povo de Minas Gerais.

Essa é a posição de uma Oposição responsável e construtiva. Isso é o que temos feito nesta Casa. Mas essa crise está caracterizada, neste Plenário, pelo silêncio. Levantam-se poucas falas com relação ao Governo. Digo isso referentemente à base de apoio do Governo. Faço uma comparação com um presidio. Quando entramos em um presidio e percebemos que está silencioso é porque deve haver um plano de fuga. Estamos vivendo isso aqui. Deve haver um "plano de fuga". Algo está para acontecer. Está-se buscando um entendimento, mas também há muito a ser declarado e a ser revelado pela base de Governo.

Vimos aqui, ontem, o Líder do Governo dar o seu testemunho de que tudo vai muito bem, que o Governador tem desempenhado a sua missão com denodo e tem servido a Minas Gerais da melhor maneira possível, assim como tem recebido apoio na medida do possível. Ele também disse, nas entrelinhas, que temos que parabenizar a nossa imprensa, que sempre está na retaguarda e na vanguarda da notícia ética e moral no sentido de promover as transformações, juntamente com nós, que somos agentes políticos, para o bem da sociedade. Isso ficou bem claro nas entrevistas para os jornais. Para quem sabe ler, um pingô é letra. Ficou bem claro que ele está tentando maquiá uma crise que não tem precedentes no Estado de Minas Gerais. Temos que perceber que a imprensa está mostrando a ingovernabilidade, e o povo pode ficar dividido. Nós, aqui, estamos na condição de Oposição para ajudar a sanar essa crise e não para piorá-la. Nessa visão polissêmica de crise, queremos uma resultante que possa servir melhor e trazer satisfação e não desconfiança ao povo de Minas Gerais.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Meu caro Líder, Deputado Hely Tarquínio, quero cumprimentar V. Exa. por trazer ao Plenário da Assembléia, que é o espaço para o debate político, essa discussão sobre a crise política e administrativa que se vive em Minas Gerais, por culpa e conta do Sr. Governador Itamar Franco.

Estava pensando, caro Deputado, que talvez o que esteja acontecendo em Minas, essa falta de liderança, esse Governo destruído, acéfalo, seja porque estejamos vivendo no período da quaresma. No interior de Minas, costuma-se dizer que esse é o período em que a mula-sem-cabeça está solta. É mais ou menos uma situação feita essa que estamos vivendo em Minas. Temos um governo acéfalo. Há uma falta de liderança, e ninguém tem segurança com relação ao que está acontecendo. Vou dar um exemplo para V. Exa.: estou vindo de uma reunião da comissão sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais, e, nessa reunião, o Deputado Edson Rezende apresentou um requerimento solicitando a vinda da Secretária de Ciência e Tecnologia à Assembléia para falar sobre a UEMG. Eu disse a ele que concordaria com o requerimento se ele fosse capaz de me dizer quem é a Secretária de Ciência e Tecnologia. Ele e a Deputada Maria Tereza Lara disseram que tiveram o cuidado de não colocar no requerimento o nome da Secretária, porque ninguém sabe quem é.

Não sabemos quantos cargos estão vagos hoje. O Governador Itamar Franco, com um ano de Governo, já trocou 2/3 do secretariado. Então, o que aconteceu na reunião sobre a UEMG é um exemplo. Não se pode fazer um requerimento ao Governo do Estado porque não se sabe o nome de quem responde pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, ou por várias outras Secretarias. É um momento de crise e é, efetivamente, o caso da quaresma em Minas Gerais. É a mula-sem-cabeça que está solta em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio* - Agradeço as palavras do nobre Deputado Amílcar Martins.

Continuando, ficou bem claro que o Governador quer influenciar nesta Casa, porque causou transtorno a derrubada dos quatro vetos, sobretudo o veto do Código do Contribuinte, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que freqüentou as Secretarias da Fazenda e do Planejamento, e, depois de tudo acordado, aconteceu um veto ao projeto, e esse veto foi derrubado nesta Casa. O Governador, intempestivamente, atribui a derrubada do veto ao Presidente desta Casa. Isso é uma injustiça, porque o Presidente tem lutado muito e tem até recebido da nossa parte, como Líder da Oposição, certas críticas, como uma pessoa que está servindo ao Palácio da Liberdade.

Mas entendemos também que o Presidente desta Casa tem procurado ser democrático com os Deputados neste Plenário, em que pese a algumas atitudes em que ele coloca o seu coeficiente pessoal de partidário do Governo. Acredito que hoje isso não esteja acontecendo, mas é o que sentimos.

Em relação aos quatro vetos, o da ronda escolar, dos alimentos transgênicos, da proteção à testemunha das vítimas, que foram derrubados, isso foi uma questão de foro íntimo dos Deputados, de uma forma plural neste Plenário.

No entanto, o Governador questiona esse resultado. Será que esse Governador não está colocando o seu repertório emocional acima dos interesses do povo? Achamos que ele está reagindo de forma pré-histórica, na evolução do ser vivo.

Não pode ser desse jeito. Ele precisa ter mais prudência, mais serenidade, os seus assessores precisam aconselhá-lo melhor, precisam conhecer os momentos de solidão do Governador e entender que ele precisa estar sempre bem assessorado.

O povo tem de estar acima dessas divergências. O PSDB está aqui - e, acredito, também o PFL -, de forma imparcial, para ajudar na prevenção contra uma crise institucional. Tenho certeza disso. A minha preocupação é relativa ao Legislativo, para que ele não sofra as influências que estão acontecendo intramuros, no Governo de Minas Gerais, em nível de Executivo.

Tanto é que ele está dizendo que vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o Código do Contribuinte. Lógico, vai estar nas mãos da justiça. Nós sempre estaremos como sentinelas do que for melhor para Minas Gerais.

Acredito que essa crise deve passar. A nossa esperança não acaba, porque a palavra "crise" gera a visão de um futuro melhor. Espero que esse cenário possa contar com os atores necessários, os atores competentes para resolver, para sanar os conflitos.

Na medida em que obtivermos visibilidade de todo esse processo, os nossos projetos fluirão e serão votados pela Casa. Temos a certeza de que o Poder Legislativo não estará distante do povo, nem se coadunará com brigas internas do Poder.

Em nome da Oposição, quero expressar essas reflexões. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, galerias, volto hoje a esta tribuna para prestar esclarecimento aos nobres Deputados desta Casa, legítimos representantes do povo mineiro, a respeito da aquisição de uma nesga de terra que mede 0,83 x 11,20m, em imóvel desta Deputada, situado no Bairro Esplanada, aqui mencionado sexta-feira passada por Deputado que sabia que eu não estaria em Plenário, por estar viajando e dando posse ao nosso diretório municipal no Norte de Minas. Aliás, viu quando eu me despedi do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Queria informar-lhes, Srs. Deputados, que, logo que adquiri o imóvel cuja parte tinha sido desapropriada para implantação da Avenida dos Andradas, tudo registrado em cartório, tive a preocupação de mandar fazer levantamento topográfico por duas vezes e acertar, em definitivo, a área que seria de minha propriedade. Assim, verificamos a existência dessa nesga de terra que soma 9,32m² quando, amparada em lei, buscamos adquiri-la da Prefeitura, que, também amparada em lei e por não ter como utilizá-la, poderia vendê-la.

Já não era Vereadora em Belo Horizonte quando demos início ao processo. Já estava, inclusive, eleita Deputada. Poderia, se não fosse uma pessoa que pautava a vida pela legalidade, ter levado o muro 0,85m à frente. Não quis. Não sou invasora. Procurei o caminho legal. A Prefeitura de Belo Horizonte, após levantamentos com técnicos da Secretaria da Fazenda, levantamentos no setor imobiliário, deu o preço de R\$101,98 o metro quadrado naquela região, valor mais do que justo no mercado, que leva o valor de um lote de 360m² no bairro para R\$39.592,00. A Prefeitura mandou o projeto de lei para a Câmara e lá está aprovado pelas comissões da Casa e, em 1º turno, pelos Vereadores de Belo Horizonte. Tudo

rigorosamente conforme a lei. Tudo moralmente certo, à disposição de quem quiser ver.

Como esta Deputada, centenas de outros proprietários de imóveis em Belo Horizonte buscam adquirir áreas remanescentes, o que é importante para a Prefeitura, que vai receber os recursos de áreas que não poderiam ser aproveitadas. Toda a documentação a respeito encontra-se em minhas mãos, à disposição de V. Exas.

O Deputado que ocupou a tribuna disse que essa área faria inveja a qualquer pobre. Fazem inveja aos pobres, já tão injustiçados neste País, os especuladores de imóveis, os empresários do setor imobiliário que têm centenas e milhares de lotes para vender, o que não é o caso desta parlamentar. A nossa transação com a Prefeitura Municipal é legal, pública e transparente, como a nossa vida.

O pequeno patrimônio que possuo é fruto do meu trabalho há 36 anos, como assalariada. Minha declaração de Imposto de Renda foi apresentada nesta Casa quando entrei e está à disposição de V. Exas. Nunca esta Deputada recebeu herança nem benefício. O pouco patrimônio que tenho é fruto de salário, recebido por trabalho digno e sério, feito na segurança pública.

Não devo favor pessoal ao Prefeito Célio de Castro, nem ele deve a esta Deputada. O que temos é um belo projeto político, viabilizado na Prefeitura Municipal pelos Vereadores e Deputados do PSB. Isto é o que leva Célio de Castro para a mídia.

Quero também manifestar-me a respeito das declarações feitas pelo Deputado à jornalista Bertha Maakaroun. Conheci Berta desde os tempos da Câmara Municipal, e sei de sua competência e independência na vida profissional. Sabemos que é respeitada, admirada, e sua coluna é a mais lida exatamente por isso.

Esta Casa, prezada Berta, que permitiu as acusações feitas a você, deve-lhe desculpas.

Na imprensa, as pessoas procuram aparecer de alguma forma. Uns, com projetos, com idéias, com discussões de alto nível, como é o caso do PSB. Célio de Castro aparece assim, por isso será reeleito. O Prefeito Wander Borges, nosso companheiro do PSB, de Sabará, aparece como o primeiro Prefeito de Minas em aprovação, com quase 100%. Assim também é em Matozinhos, Caeté, Arinos, entre tantas cidades. Em Ribeirão das Neves, estamos também com uma bela chapa de Vereadores e com reais possibilidades de chegar à Prefeitura.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Prezada Deputada Elaine Matozinhos, peço-lhe este aparte para lhe dizer que não concordamos com as colocações feitas contra a pessoa de V. Exa., pois conhecemos seu trabalho, sua vida, sua luta. Em nenhuma hipótese, as acusações que aqui lhe foram feitas recebem de nós aprovação. Sabemos que sua luta não é fácil. Parabenizo-a pelo seu desempenho como Deputada e pelo seu trabalho na área da Polícia Civil. V. Exa. realiza um grande trabalho em defesa da nossa Polícia Civil e em defesa da segurança do cidadão, não só de Belo Horizonte, mas também de toda Minas Gerais.

Quero fazer essa defesa não só em meu nome. Todos nós, do PDT, prestamos a V. Exa. nossa solidariedade, neste momento difícil em que é acusada indevidamente.

A Deputada Elaine Matozinhos - Muito obrigada, nobre e grande amigo Deputado Doutor Viana, pela sua solidariedade, pelo seu entendimento dos documentos que temos para mostrar a esta Casa.

Referendando o grande pronunciamento feito pelo grande parlamentar e jurista Deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de dizer que precisamos agir com ética, com decoro, com transparência e com verdade nesta Casa. Apelamos, mais uma vez, para que a Corregedoria e a Mesa Diretora desta Casa consigam realmente pôr freio a essas acusações infundadas, a todas as injúrias, a todas as calúnias e a todas as difamações que estão sendo feitas nesta tribuna. Isso não engrandece em nada o nosso parlamento.

Quero dizer ao Deputado Doutor Viana, ao querido PDT, aos parlamentares desta Casa, que estão à disposição os documentos que temos e a nossa declaração de Imposto de Renda, mas não queremos retornar a esta tribuna para tratar de palavras injuriosas, indecorosas, que são ditas na busca de um espaço na imprensa. Teremos espaço na imprensa com os nossos projetos. O PSB tem espaço na imprensa por meio de ações, de projetos e de discussões de alto nível. Não retornarei aqui para polemizar mais com o Deputado que aqui esteve em busca de espaço. Sugiro até que a imprensa também se cale, não se manifeste a esse respeito, pois não é o espelho desta Casa. Exijo, o PSB exige, tenho certeza de que a quase totalidade dos Deputados desta Casa também exigem punição para quem fez e faz calúnia, injúria, difamação, fere o decoro parlamentar, num grande desrespeito a nós, parlamentares, e à sociedade mineira. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, ocupantes das galerias, meus senhores e minhas senhoras, pesquisas recentes apontam as duas maiores preocupações do povo brasileiro: desemprego e segurança. De fato, não bastasse a angústia do desemprego, a insegurança ronda a vida de todos nós de modo avassalador, deixando-nos perplexos ante o avanço da criminalidade e dos perigos que ameaçam as famílias, que não se sentem protegidas sequer nos lares.

Hoje a violência transpõe as páginas dos noticiários e invade a rotina dos cidadãos, intranquilizando-os e colocando-os em permanente estado de defesa. Nos grandes centros, não se pode andar pelas ruas sem que os batedores de carteira levem dinheiro e documentos; não se pode ficar um instante nas paradas de ônibus sem que os pivetes levem até vales-transporte; não se podem acatar as leis de trânsito e parar nos sinais sem que quebrem os vidros dos carros para nos ameaçarem com facas e estiletes, exigindo dinheiro e, às vezes, o próprio carro. E ficamos, assim, cada vez mais enclausurados.

Mas a violência começa a extrapolar os grandes centros. A vida tranqüila do interior, que atraira tanta gente em busca de tranqüilidade, parece que está com os dias contados. Relato fato ocorrido há poucos dias na minha Curvelo. Assaltantes vindos de outro Estado invadiram uma residência e dominaram os moradores. Acionada, a Polícia Militar compareceu ao local; vendo-se acuados, os bandidos fugiram.

Os dois valorosos policiais iniciaram o rastreamento e, ao encontrarem os marginais, foram recebidos à bala. Um deles foi baleado no abdome e tombou morto no local; o outro foi atingido no ombro e na boca e encontra-se hospitalizado. Mesmo ferido, este último solicitou reforço, e seus companheiros lograram prender um dos três assaltantes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a V. Exas. a notícia desses fatos não só para conseguir o aplauso e a homenagem à bravura desses dois militares, a minha solidariedade à viúva e aos filhos do Cabo PM José Cosme Lopes e aos familiares do Cabo Heuber Rodrigues Lucena, que vivem um momento de muita apreensão, mas também para conclamar a todos para que esta Casa empenhe-se em defender o reaparelhamento das nossas polícias.

Não obstante os esforços - que reconhecemos e admiramos - do Secretário da Segurança Pública e do Comando da Polícia Militar, muito ainda há de se fazer. A sociedade clama por segurança, pela liberdade de ir e vir - que lhe garante a Constituição Federal -, pelo direito à proteção da integridade e da vida. Hoje, os marginais têm carros mais ágeis e armas muito mais eficientes do que os policiais. Coragem só, como vem acontecendo, não adianta. Os policiais também são pais de família, e a sua coragem os expõe ao infortúnio, como ocorreu em Curvelo. O crime está cada vez mais ousado e organizado, e o aparato policial não consegue alcançar a mesma evolução.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Nobre Deputado Doutor Viana, queria solidarizar-me também com a família do Cabo e dizer, de público, que a segurança pública em Minas Gerais tem em V. Exa. um grande defensor, um grande aliado e um grande companheiro.

Como Delegada de Polícia representando a Polícia Civil, quero agradecer os esforços que V. Exa. tem feito para melhorar a nossa polícia.

Temos feito muito, dentro do que é possível, mas, na realidade, estamos vendo que o nosso efetivo é insuficiente, nossos recursos humanos e materiais são insuficientes. Estamos discutindo segurança pública de forma exaustiva, inclusive com um comando único para as duas instituições.

Quero lembrar-lhes que anteontem tivemos um assalto a Banco em Belo Horizonte, e, por falta de integração entre as Polícias Civil e Militar, a ocorrência chegou à Polícia Civil três horas depois.

Contamos com a sua valiosa participação, com a participação do PDT, ficando o nosso aplauso à sua posição em matéria de segurança pública. Muito obrigada.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço o aparte da nobre Deputada.

"Precisamos urgentemente de um plano arrojado de segurança pública, que una, em parceria, o poder público e a sociedade, para o enfrentamento definitivo da criminalidade e da violência. Precisamos reequipar as polícias com armas, viaturas, sistemas de comunicação mais eficientes. Os policiais precisam receber vencimentos mais dignos, precisamos apoiar as ações da justiça, para que os infratores não se beneficiem dos óbices e apostem na impunidade, precisamos apoiar as políticas de reeducação para o sistema penitenciário, de modo a reduzir os índices de reincidência.

Temos que passar do discurso à prática. Vamos colocar em prática as propostas resultantes daquele importante debate realizado há pouco tempo neste Plenário: "A Segurança Pública Que Temos e A Que Queremos."

A segurança de todos requer investimentos urgentes e muita atenção do poder público. Vamos estar mobilizados e atentos até que se reverta ou, pelo menos, se amenize esse quadro que nos assusta e nos oprime.

Finalizando, quero sugerir que busquemos apoio para que a segurança pública de nosso Estado tenha condições de se reequipar, dando ao cidadão a tranquilidade que merece.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, apesar de termos o Plenário praticamente vazio, não poderia deixar de tornar pública a insatisfação hoje existente nas entidades representativas de classe da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares.

Sr. Presidente, teríamos que nos reportar a junho de 1997, quando houve o movimento das praças da Polícia Militar de Minas Gerais, do qual participaram a Polícia Civil e os Agentes Penitenciários. Tínhamos uma reivindicação antiga quanto à questão salarial, mas também outras reivindicações, relativas à questão do nosso estatuto - Lei nº 5.301, de outubro de 1969 -, ou seja, já se passaram 31 anos. Tivemos a Constituição de 1988, promulgada no dia 5 de outubro, mas, mesmo assim, nossas leis continuaram arcaicas, ultrapassadas, necessitando de reformas. Diante disso, a Polícia Militar procedeu, através de um processo democrático, a uma discussão interna entre a Polícia Militar, os bombeiros militares, com a participação de Soldados, Cabos, Sargentos, Tenentes, todo o oficialato.

O anteprojeto do estatuto dos militares estaduais foi entregue ao Governador no dia 22 de fevereiro, anteprojeto esse que continha, no seu texto, as questões principais quanto à carreira única, à questão salarial, à redução do nível hierárquico e da jornada de trabalho, assim como o adicional de periculosidade e outras questões trabalhistas.

Volto a repetir, esses tópicos principais vêm preocupando nossa classe da Polícia Militar e dos bombeiros militares, ou seja, aquelas entidades estão extremamente preocupadas, porque já se passou um mês e meio e o Governador Itamar Franco ainda não encaminhou o projeto de lei tratando dessa matéria. Então, Sr. Presidente, venho a esta tribuna solicitar ao Governador Itamar Franco que encaminhe a esta Casa o projeto de lei que tanto nos preocupa e que tanto vem mudar a rotina, a vida e as questões trabalhistas que envolvem os bombeiros militares e os policiais militares. Para essa classe, é de fundamental importância que esse projeto seja enviado a esta Casa, porque temos questões que estão se arrastando há mais de 30 anos e que precisam ser modificadas, principalmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas.

Estaremos defendendo, neste parlamento, um piso salarial inicial de R\$1.000,00 para nossos policiais, porque não agüentamos mais ouvir notícia de que o policial foi morto por traficantes, que não tem onde morar, que só pode morar na favela, que está desesperado, correndo, "pegando bico" e outras questões que realmente afligem o dia-a-dia dos servidores da segurança pública.

Então, Sr. Presidente, volto a repetir: Governador Itamar Franco, para nossa classe, é de fundamental importância o envio desse projeto de lei. Esta Casa já deu uma grande contribuição no que diz respeito à anistia, votando a Emenda à Constituição nº 39. E, lembrando dessa emenda, nesse mesmo texto, aprovado e sancionado no dia 2 de junho, havia uma determinação de que o regulamento disciplinar e o estatuto do pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares fosse reformulado no prazo máximo de seis meses, ou seja, esse prazo se exauriu no dia 3/12/99; já nos encontramos no dia 6 de abril, e o projeto não chegou a esta Casa. Governador Itamar Franco, venho aqui a esta tribuna, mais uma vez, solicitar a V. Exa., dentro dessa sensibilidade que conhecemos e desse carinho que tem demonstrado para com as instituições de segurança pública, que envie a esta Casa o projeto que tanto esperamos, porque, como V. Exa. já sabe, e tive oportunidade de declarar isso pessoalmente, ele representa muito para a vida desses servidores.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Nobre Deputado Sargento Rodrigues, inicialmente quero deixar, de público, registrado nos anais desta Casa o brilhante trabalho que V. Exa. vem realizando, surpreendendo-nos com dedicação, competência, entusiasmo e espírito de luta, não só em defesa de sua categoria, o que classificaria até como corporativismo, mas de maneira ampla e, é claro, com uma sensibilidade maior para a classe que, com certeza, representou cerca de 90% dos votos que o trouxeram brilhantemente a esta Casa. Quero parabenizá-lo pela sua atuação e pelo trabalho coerente, digno, honrado, equilibrado e vibrante.

Quero também dizer que estou de acordo com sua solicitação. Tenho certeza de que nosso Governador, como bem disse V. Exa., um homem de sensibilidade, comprometido com a segurança pública, sabe muito bem que sem condições não há como ter um bom retorno e irá atender sua solicitação, que é o anseio de todos.

Com certeza, mais uma vez Minas Gerais ganhará toda a classe que V. Exa. está defendendo. Apóio plenamente essa sua solicitação e parabenizo-o pelo seu pronunciamento.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço as palavras do companheiro Doutor Viana, nosso digníssimo representante de Curvelo e região. Gostaria de ressaltar o trabalho que V. Exa. vem exercendo, principalmente na Comissão de Administração Pública, com serenidade, tranquilidade e, acima de tudo, coerência, em relação aos eleitores que o trouxeram a esta Casa.

Para concluir, gostaria de lembrar-lhes que esta Casa tem dado contribuição muito valiosa no que diz respeito às questões da segurança pública e às que envolvem o servidor público de forma geral.

Não poderia deixar de ocupar esta tribuna para fazer uma cobrança ao Governador. Quando ocupei a televisão, no programa eleitoral, no segundo turno da campanha, tive a coragem de solicitar a todos os companheiros da Polícia Militar e da Polícia Civil, aos Agentes Penitenciários e aos servidores públicos em geral que cerrassem fila na campanha do Governador Itamar Franco. Com essa mesma coragem que tive de pedir votos para o Governador Itamar Franco, no 2º turno da eleição para o Governo do Estado, estou ocupando esta tribuna para dizer que essa classe precisa de medidas urgentes que venham trazer-lhes dignidade e um salário condizente, a fim de que parem de morrer fazendo "bico" em postos de gasolina e de morar como inquilinos de traficantes, para que possamos dar tranquilidade à sociedade, que vem clamando por segurança.

Senhores e senhoras de Minas Gerais, para que se tenha segurança pública é preciso que se resgate a dignidade daqueles homens que vêm defendendo, arduamente, a sociedade mineira. Para isso, precisamos contar com a boa-vontade e a sensibilidade do Governador Itamar Franco, para que envie, o mais rápido possível, um projeto de lei que trate do estatuto dos militares estaduais, ou seja, que discipline as normas trabalhistas dos bombeiros militares e dos policiais militares.

Para finalizar, gostaria de lembrar-lhes que a Secretaria da Segurança Pública e a Polícia Civil, precisam, igualmente, de passar por uma reforma em sua lei orgânica. Aqui estarei, diante desta tribuna, cobrando, sistematicamente, para que o Secretário possa fazer, democraticamente, uma discussão interna na Polícia Civil, para que possam ser também beneficiados com uma lei que atenda aos anseios da corporação. Estarei, também, aqui, cobrando para que essa lei orgânica da Polícia Civil seja enviada a esta Casa, para que

possamos votar e dar dignidade aos policiais, porque, quando erram, todos cobramos: o parlamento, a Comissão de Direitos Humanos e a mídia. Também temos de cobrar a dignidade para esses servidores.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço pela contribuição do parlamento e pela palavra que nos deu nesse encerramento de sessão plenária. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO*

Dispensa nº 2/2000 – Em 5/4/2000, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário autorizaram, com base no art. 24, VII, da Lei nº 8.666, de 1993, a contratação direta da empresa A Serenata Ltda., para fornecimento de 52 transformadores de linha, 4 caixas de som profissionais e 1 mesa de som amplificada.

* - Fica sem efeito o resultado de julgamento de licitação publicado na edição de 13/4/2000, na pág. 26, col. 2.

RESULTADO DE JULGAMENTO De licitação

Convite nº 20/2000 - Objeto: aquisição de fitas Betacam. Licitante vencedora: Dinâmica Eletrônica Ltda. (subitem 1.1 e 1.2) - Licitante desclassificada: Emtec da Amazônia S.A.